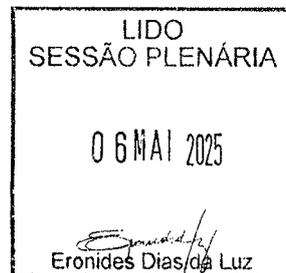




ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 29/04/2025. PRESIDENTE(S): PAULA CALIL. **SECRETÁRIA(S):** KATIUSCIA MANTELI/ DRA. MARA. **VEREADORES PRESENTES:** PAULA CALIL, MICHELLY ALENCAR, KATIÚSCIA MANTELI, DRA. MARA, ADEVAIR CABRAL, ALEX RODRIGUES, BAIXINHA GIRALDELLI, CEZINHA NASCIMENTO, DANIEL MONTEIRO, DEMILSON NOGUEIRA, DÍDIMO VOVÔ, DILEMÁRIO ALENCAR, EDUARDO MAGALHÃES, ILDE TAQUES, JEFERSON SIQUEIRA, KÁSSIO COELHO, MARIA AVALONE, MARCREAN SANTOS, PROF. MÁRIO NADAF, RANALLI, SAMANTHA ÍRIS, T. CORONEL DIAS, WILSON KERO KERO, FRED GAHYVA. **VEREADORES AUSENTES:** MAYSA LEÃO (LICENCIADA); MARCUS BRITO JR. (AUSÊNCIA JUSTIFICADA); CHICO 2000, SARGENTO JOELSON. Às 09h06, feita a verificação de quórum, constatando-o insuficiente, a sra. presidente – vereadora Paula Calil suspendeu a abertura da sessão até às 14horas, em razão de não haver quórum mínimo regimental para dar início aos trabalhos legislativos. Às 10h30, feita a verificação de quórum, constatando-o suficiente, e “*Invocando a proteção de Deus em nome da liberdade e da democracia*”, a sra. presidente – vereadora Paula Calil declarou aberta a sessão e secretariando a vereadora Katiuscia Manteli. Em seguida, os vereadores se posicionaram em postura cívica para a execução do Hino de Cuiabá. Na sequência, a referida secretária efetuou a leitura das Atas da Sessão Extraordinária datada de 24/04/2025 e da Sessão Ordinária datada de 24/04/2025. No **Expediente da Primeira Secretaria** foram registrados os documentos, a saber: Prefeitura Municipal de Cuiabá, OF. GP n.ºs 791/2025, 794/2025, 796/2025, 798/2025, 780/2025, 797/2025, 792/2025, 793/2025, 777/2025, 779/2025, 778/2025, 783/2025; Projeto de Decreto Legislativo n.º 44/2025 de autoria do vereador Ranalli; Projeto de Decreto Legislativo n.º 43/2025 de autoria do vereador Kássio Coelho; Projetos de Lei n.ºs 179/2025 e 180/2025 de autoria da vereadora Maria Avalone; Projeto de Lei n.º 181/2025 de autoria do vereador Cezinha Nascimento; Projeto de Lei n.º 183/2025 de autoria da vereadora Paula Calil; Requerimento de Informações n.º 130/2025 de autoria da vereadora Michelly Alencar; Requerimento de Informações n.º 131/2025 de autoria da vereadora Paula Calil; CI n.º 039/2025 – gabinete do vereador Marcus Brito Jr. – justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 29/04/2025; Processo n.º 9.258/2025 – Projeto de Lei de autoria do Executivo Municipal; Processo n.º 9.120/2025 – Requerimento de Sessão Solene de autoria da vereadora Baixinha Giraldelli. Em seguida, a presidente Paula Calil submeteu ao soberano plenário, a supressão da segunda fase do Pequeno Expediente e da fase do Grande Expediente. Em discussão, em votação, resultou na aprovação. Dessa forma, às 10h40, sob a presidência da vereadora Paula Calil e secretariando a vereadora Katiuscia Manteli, sendo feita a verificação de quórum, constatando-o suficiente foi dado início a fase da **Ordem do Dia**. Pela ordem a vereadora Baixinha Giraldelli solicitou a inclusão de pauta do processo. No uso da palavra a presidente Paula Calil deferiu a inclusão de pauta do Processo n.º 9120/2025 de autoria da vereadora Baixinha Giraldelli. Foram apreciadas as Atas proferidas no Pequeno Expediente. Em discussão, sendo feita a votação eletrônica, resultaram na aprovação por 17 (dezessete) favoráveis, e 09 (nove) ausências dos edis, a saber: Chico 2000, Kássio Coelho, Prof. Mário Nadaf, Alex Rodrigues, Wilson Kero Kero, Marcus Brito Jr., Cezinha Nascimento, Jeferson Siqueira, e Sargento Joelson. Restou prejudicado em razão da ausência do autor, o Processo n.º 8556/2024 – Requerimento de Audiência Pública a fim de debater as



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

questões referentes adequação de nomenclatura dos Técnicos de Desenvolvimento Infantil (TDI) para Professor de Desenvolvimento Infantil (PDI) no âmbito do município de Cuiabá, de autoria do vereador Sargento Joelson. Foi apreciado o Processo n.º 9120/2025 – Requerimento que requer a realização de Sessão Solene em homenagem ao lançamento do Comitê Municipal do Movimento Nacional Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, de autoria da vereadora Baixinha Girdelli. Feita a votação eletrônica, resultou na aprovação por 19 (dezenove) votos favoráveis (voto favorável do vereador Eduardo Magalhães em separado), e 07 (sete) ausências dos edis, a saber: Chico 2000, Kássio Coelho, Alex Rodrigues, Wilson Kero Kero, Marcus Brito Jr., Cezinha Nascimento, e Sargento Joelson. Foi apreciado o Processo n.º 5085/2025 – Projeto de Lei que “institui o Dia Municipal do Barbeiro no município de Cuiabá”, de autoria da vereadora Baixinha Girdelli, na fase segunda, a forma nominal/eletrônica, e quórum de maioria simples. Em discussão, sendo feita a votação eletrônica, resultou na aprovação por 18 (dezoito) votos favoráveis (votos favoráveis dos vereadores Paula Calil e Dilemário Alencar, em separados), e 09 (nove) ausências dos edis, a saber: Chico 2000, Kássio Coelho, Alex Rodrigues, Wilson Kero Kero, Marcus Brito Jr., Samantha Íris, Cezinha Nascimento, Jeferson Siqueira, e Sargento Joelson. Em tempo, a vereadora Katiuscia Manteli solicitou a retirada de pauta do processo n.º 3991/2025 de sua autoria. Pedido este deferido pela presidente Paula Calil. Em tempo, o vereador Dilemário Alencar solicitou a retirada de pauta do processo n.º 1193/2025 de sua autoria para análise. Pedido este deferido pela referida presidente. Foi proferida a leitura de Requerimento para a apreciação em Regime de Urgência Especial (R.U.E) do Processo n.º 9258/2025, de autoria do Executivo Municipal, contendo 19 (dezenove) assinaturas. Feita a votação eletrônica, resultou na aprovação por 22 (vinte e dois) votos favoráveis (voto da vereadora Paula Calil em separado), 05 (cinco) ausências dos edis, a saber: Chico 2000, Dídimo Vovô, Marcus Brito Jr., Cezinha Nascimento, e Sargento Joelson. Foi apreciado o Processo n.º 9258/2025 – Projeto de Lei que altera a Lei n.º 5.723, de 17 de outubro de 2013, que dispõe sobre a criação da empresa pública denominada Empresa Cuiabana de Saúde, e dá outras providências - Mensagem n.º 48/2025, de autoria do Executivo Municipal. Em seguida foram convocadas para exarar parecer oral as Comissões, a saber: Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) (membros/edis: Daniel Monteiro/ Samantha Íris/ Marcrean Santos); a Comissão de Fiscalização, Acompanhamento da Execução Orçamentária (CFAEO) (membros/edis: Ilde Taques/ Samantha Íris/ Alex Rodrigues); e a Comissão de Saúde (CS) (membros/edis: Michelly Alencar/ Ilde Taques/ Alex Rodrigues), que foram pela aprovação. Os pareceres foram postos em discussão, sendo feita a votação eletrônica, resultaram na aprovação por 21 (vinte e um) votos favoráveis (voto favorável da vereadora Paula Calil em separado), e 06 (seis) ausências dos edis, a saber: Chico 2000, Dídimo Vovô, T. Coronel Dias, Wilson Kero Kero, Marcus Brito Jr., e Sargento Joelson. Da matéria em si. Posta em discussão, sendo feita a votação eletrônica, resultou na aprovação por 22 (vinte e dois) votos favoráveis (voto favorável da vereadora Paula Calil em separado), e 05 (cinco) ausências dos edis, a saber: Chico 2000, Dídimo Vovô, Wilson Kero Kero, Marcus Brito Jr., e Sargento Joelson. Para declaração de voto o vereador Dilemário Alencar agradeceu aos nobres colegas pela compreensão em aprovar o projeto do executivo, que recebeu aprovação do Conselho Municipal de Saúde; explicou que esse projeto tem como objetivo desburocratizar os processos de



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

aquisição e contratos na área da saúde, visando a agilidade dos serviços; revelou que a proposta aprovada buscava dar celeridade às questões administrativas que estavam impedindo a eficiência na área da saúde, devido às amarras das legislações vigentes; ressaltou que a simplificação dos processos de aquisição de medicamentos, insumos e contratos de serviços era essencial para desengessar a saúde municipal; salientou a importância da aprovação desse projeto de lei e agradeceu novamente a todos os vereadores e vereadoras pela aprovação. Para declaração de voto a vereadora Samantha Íris ressaltou a importância do papel desempenhado pela Câmara em colaborar com a saúde de Cuiabá, que tanto necessita de apoio; destacou que o projeto foi discutido previamente entre os vereadores, esclarecendo dúvidas e passando pela análise do Conselho Municipal de Saúde e das comissões da casa; enfatizou que a Empresa Cuiabana de Saúde teria a oportunidade de desempenhar seu papel de forma mais eficiente, visando agilizar os processos de gestão na saúde; explicou que a Prefeitura de Cuiabá acompanhará de perto a implementação do projeto, com o objetivo de tornar mais ágeis e eficientes as compras de medicamentos, licitações e reformas de postos de saúde; ressaltou a importância do momento e afirmou que ao votar no projeto, a Câmara cumpriu seu papel de contribuir para a melhoria da saúde em Cuiabá, participando ativamente de um processo que já havia sido discutido anteriormente entre os vereadores. Para declaração de voto a vereadora Michelly Alencar destacou que a votação realizada hoje representava um importante avanço no caminho para a entrega de uma saúde de qualidade em Cuiabá; ressaltou que a mudança de perspectiva no atendimento à população era essencial, pois as pessoas não estavam interessadas nos trâmites burocráticos, mas sim em ter acesso aos medicamentos e atendimentos necessários de forma eficiente; enfatizou que a população quer chegar nos postos de saúde e encontrar profissionais disponíveis para atendê-los, sem temer pela estrutura física precária; proferiu que a aprovação desse projeto que visa acelerar as reformas, aquisição de medicamentos e demais processos na saúde demonstrava o compromisso da gestão e desse parlamento com a entrega de um serviço de qualidade para a população; por conseguinte, parabenizou a gestão, o prefeito Abílio Brunini e todos os vereadores que compreenderam a importância dessa matéria e estavam unidos na luta por uma saúde melhor em Cuiabá. Foi proferida a leitura de Requerimento para a apreciação em Regime de Urgência Simples (R.U.S) do Processo n.º 8875/2025, de autoria do Executivo Municipal. Em seguida, posto em votação. Em tempo, o vereador Dilemário Alencar explanou que o projeto em discussão propõe a instituição de notificações urbanísticas e ambientais no domicílio eletrônico fiscal do cidadão cuiabano, conhecido como DEC Fiscal; explicou que essa modernização digital da prefeitura de Cuiabá tinha como objetivo melhorar a comunicação oficial com os proprietários e demais envolvidos, em conformidade com a legislação municipal e a lei do governo digital; frisou que essa iniciativa visava superar a ineficiência e os altos custos dos métodos tradicionais de notificação, utilizando uma ferramenta digital já existente na área tributária para agilizar processos, reduzir despesas operacionais e aumentar a eficácia da fiscalização; revelou que foi inspirado em outras cidades que adotaram sistemas semelhantes, e que a aprovação deste projeto de lei complementar representará avanços significativos na modernização da administração pública municipal, trazendo benefícios concretos para a população de Cuiabá. Após, feita a votação eletrônica, resultou na aprovação por 20 (vinte) votos favoráveis (voto



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

favorável da vereadora Paula Calil em separado), e 07 (sete) ausências dos edis, a saber: Chico 2000, Dídimo Vovô, Marcus Brito Jr., Fred Gahyva, Michelly Alencar, Jeferson Siqueira, e Sargento Joelson. Foi apreciado o Processo n.º 8875/2025 – Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre a criação de módulo específico no Domicílio Eletrônico Fiscal do Cidadão Cuiabano (DEC-Fiscal) para o envio de notificações urbanísticas e ambientais, altera a Lei Complementar n.º 004, de 24 de dezembro de 1992, e dá outras providências. (Mensagem n.º 46/2025), de autoria do Executivo Municipal, na fase de pareceres das comissões, a saber: Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR), e Comissão de Meio Ambiente e Urbanismo (CMAU), que foram pela aprovação. No uso da palavra a presidente Paula Calil informou que esse projeto estava na pauta em Regime de Urgência Simples e que foi tramitado para as referidas comissões na data de ontem. Postos em discussão. Para discutir os pareceres o vereador Ranalli destacou a importância da audiência pública realizada pelo vereador T. Coronel Dias sobre o centro de Cuiabá, onde a delegada Juliana, secretária da Secretaria Municipal de Ordem Pública (SORP), explicou a necessidade de melhorar a comunicação com os proprietários de terrenos; mencionou que atualmente era preciso enviar correspondência com aviso de recebimento, o que gerava custos e muitas vezes não chegava ao destinatário; revelou que o projeto foi inspirado em outras entidades fiscais que exigem a indicação de um correio eletrônico, e que a prefeitura de Cuiabá pretendia adotar a comunicação por e-mail para notificar os proprietários sobre questões como a limpeza de terrenos e possíveis multas; ressaltou a simplicidade e eficiência desse método, pedindo aos colegas que apoiassem e votassem a favor do projeto para agilizar a identificação dos proprietários de terrenos abandonados na cidade. Para discutir os pareceres a vereadora Baixinha Girdelli expressou sua opinião de que o assunto em discussão não deveria estar na pauta do dia, sugerindo que, se fosse para ser mantido, deveria passar por uma fase piloto ou teste por um período determinado; ressaltou a importância de discutir mais a fundo o tema, pois poderia afetar questões como o IPTU; lembrou o estatuto da cidade, que estabelecia procedimentos claros e rigorosos, incluindo notificação do proprietário, prazos legais e garantia do contraditório; enfatizou que, se a proposta for aprovada, que fosse implementada como fase piloto, considerando o direito de defesa e contraditório de todos os envolvidos; por fim, destacou a necessidade de garantir que o novo procedimento não dificultasse o direito à defesa das pessoas. Para discutir os pareceres o vereador Dilemário Alencar defendeu que a implementação da ferramenta digital traria proteção aos cidadãos cuiabanos que possuem imóveis, principalmente os terrenos baldios; explicou que a intimação digital garantirá todos os direitos previstos na legislação brasileira, incluindo o direito de defesa e tempo para apresentar argumentos; ressaltou que a modernização por meio da notificação digital já era adotada na maioria das capitais brasileiras, o que trazia benefícios e proteção para a população de Cuiabá. Para discutir os pareceres o vereador T. Coronel Dias complementou a visão dos colegas destacando que a implementação da notificação digital era um dos primeiros passos para cuidar dos pequenos detalhes, seguindo a teoria das janelas quebradas; mencionou o exemplo de Nova York, que enfrentou problemas de violência e abandono, e ressaltou que essa ferramenta ajudará a ter uma cidade mais limpa e a mudar a mentalidade dos contribuintes, que perceberão que sua contribuição vai contribuir para a melhoria da cidade; por fim, parabenizou mais uma vez a prefeitura por encaminhar esse projeto, que, no contexto geral, vai



ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

colaborar com todo o sistema municipal. Para discutir os pareceres a vereadora Samantha Íris esclareceu que o projeto em questão tinha como objetivo modernizar o processo de notificação aos proprietários de terrenos baldios, especialmente devido às dificuldades enfrentadas pela Secretaria de Fiscalização e Ordem Pública em contatá-los; destacou que existiam denúncias de que esses terrenos eram focos de dengue e mosquitos, devido ao acúmulo de água parada, lixo e entulhos; relatou que essa situação prejudicava o trabalho da Secretaria, que não conseguia notificar corretamente os proprietários; revelou que, com a implementação da notificação digital acreditava que seria possível agir de forma mais eficaz nesses casos, enviando as notificações para um endereço de cobrança já utilizado pelo município em outros processos; ressaltou a importância dessa medida para auxiliar a prefeitura a resolver problemas relacionados aos terrenos baldios, que não eram de responsabilidade direta do município. Em seguida, feita a votação eletrônica, resultaram na aprovação dos pareceres por 21 (vinte e um) votos favoráveis (voto favorável da vereadora Paula Calil em separado), e 06 (seis) ausências dos edis, a saber: Chico 2000, Dídimo Vovô, Baixinha Giraldelelli, Marcus Brito Jr., Jeferson Siqueira, e Sargento Joelson. Da matéria em si. Posta em discussão. Para discutir o vereador Adevair Cabral afirmou que o projeto em discussão era positivo e iria agilizar o processo na Secretaria de Ordem Pública, evitando que as notificações com aviso de recebimento fossem devolvidas por falta de endereço atualizado; declarou seu voto favorável, destacando que se tratava de uma iniciativa muito boa. Para discutir o vereador Ranalli reiterou sua posição anterior e esclareceu que o objetivo principal do projeto era agilizar e garantir que os cidadãos recebam as notificações sobre a situação irregular de seus lotes, como no caso de um terreno no bairro Consil; após, citou um exemplo específico de um lote com duas casas abandonadas que representavam um perigo para a segurança pública, por ser um local frequentado por pessoas suspeitas; ressaltou que a comunicação por meio da notificação digital ajudaria a lidar com essas situações e aprimorar a segurança na cidade; por fim, solicitou o voto favorável dos colegas, destacando que se tratava de uma medida simples que traria benefícios significativos. No uso da palavra a presidente Paula Calil ressaltou que a questão não se limitava apenas à segurança pública, mas também envolve a saúde pública. Para discutir o vereador Prof. Mário Nadaf elogiou a iniciativa do Executivo Municipal em relação à notificação digital, destacando que isso traria mais flexibilidade ao processo; no ensejo, apontou que a origem do problema estava na majoração da alíquota do IPTU, afetando principalmente os proprietários de terrenos com uma alíquota de “zero quatro”; defendeu a implementação de uma política de IPTU progressivo para combater a especulação imobiliária na cidade, visando evitar custos adicionais decorrentes da dispersão dos equipamentos públicos; parabenizou a maioria dos proprietários que não eram especuladores locais, proferindo que a maioria dos especuladores eram de outras regiões, e ressaltou a importância de abordar a questão da tributação progressiva do IPTU para lidar com o problema desde a raiz. Para discutir o vereador Daniel Monteiro expressou sua luta contínua pela implementação do IPTU progressivo em Cuiabá, destacando a importância de tirar essa medida do papel e colocá-la em prática; ressaltou que a notificação era um passo inicial, mas a punição efetiva deveria vir por meio do IPTU progressivo, como forma de acabar com os terrenos abandonados na cidade, que eram utilizados por especuladores de outras regiões; concordou integralmente com a fala do vereador Prof. Mário Nadaf, que



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

abordou a necessidade de combater essa prática que prejudicava a cidade. Para discutir a vereadora Maria Avalone elogiou a prefeitura por dar o exemplo ao adotar a cobrança eletrônica e modernizar os processos, ressaltando a importância dessa prática; mencionou que outras cidades já estavam seguindo esse caminho e destacou a questão dos especuladores imobiliários que compravam terrenos em Cuiabá, deixando-os abandonados para valorização futura, sem se importar com a limpeza e manutenção. Para discutir o vereador T. Coronel Dias destacou que o uso de um instrumento tecnológico moderno contribuirá para identificar os proprietários de terrenos, inclusive aqueles que não cuidam de suas propriedades ou animais; ressaltou que essa ferramenta poderia ser útil para diversas questões, incluindo a implementação do IPTU Progressivo em Cuiabá, que estava em discussão; mencionou que, após um período chuvoso, muitos terrenos com mato alto na cidade poderiam contribuir para a violência e o uso de drogas, impactando a segurança pública; enfatizou que a utilização desse instrumento tecnológico também ajudará a promover a segurança dentro do município. Em seguida, feita a votação eletrônica, resultou na aprovação por 21 (vinte e um) votos favoráveis, e 06 (seis) ausências dos edis, a saber: Chico 2000, Dídimio Vovô, Baixinha Giraldelli, Marcus Brito Jr., Jeferson Siqueira, e Sargento Joelson. Para declaração de voto o vereador Kássio Coelho parabenizou o Executivo Municipal pelo projeto importante que impactará diversas classes, especialmente aqueles que descartam lixo nos quintais alheios; também elogiou o vereador Adevair Cabral por sua contribuição positiva, destacando sua experiência como fiscal da Prefeitura de Cuiabá; expressou sua gratidão ao prefeito Abílio e solicitou que continuasse enviando projetos relevantes para a Câmara, como a recente tarifa de ônibus aos domingos e o projeto atual sobre terrenos baldios; ressaltou a importância da legislação que abordava questões como calçadas e cercas, prevendo uma transformação na cidade; sugeriu que a fiscalização começasse em sua região, citando exemplos de terrenos baldios que estavam sendo valorizados para futuras transações imobiliárias; destacou locais específicos, como a região do Ribeirão do Lipa e Santa Rosa, como pontos iniciais para a implementação dessas medidas de fiscalização urbana. No uso da palavra a presidente Paula Calil deu as boas-vindas aos alunos do curso de jornalismo da UNIC que estavam acompanhando o trabalho da SECOM durante a sessão ordinária, desejando que se sentissem bem-vindos à Câmara Municipal de Cuiabá; após, também registrou a presença do secretário Max Aguiar e da secretária Ana Carla, agradecendo a presença de ambos na sessão. Para declaração de voto o vereador Dilemário Alencar registrou a presença da Dra. Maria José Maciel, psicanalista, e de sua irmã nas galerias, o qual estavam promovendo uma caminhada em prol da saúde mental materna; informou que o evento ocorrerá no dia 3 de maio, sábado, às 16 horas no Parque das Águas; destacou o apoio de outros vereadores, como Demilson Nogueira, Dilemário Alencar e Prof. Mário Nadaf, e convidou a todos que puderem comparecer para participar da iniciativa. Para declaração de voto a vereadora Michelly Alencar destacou a importância do projeto votado como um avanço significativo para Cuiabá, ressaltando a necessidade de dar resposta à população e a preocupação com os altos índices de dengue e chicungunha na região; enfatizou a urgência e a importância da limpeza dos terrenos baldios, salientando a modernização da comunicação com os proprietários como um passo fundamental; no ensejo, deu boas-vindas aos alunos de jornalismo presentes na Casa de Leis, lembrando de sua experiência como jornalista e os desafios em lidar



ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

com denúncias relacionadas a terrenos abandonados; ressaltou a dificuldade em encontrar os proprietários para aplicar sanções e multas, reforçando seu apoio ao IPTU progressivo; expressou sua defesa por um planejamento do executivo para evitar a votação de todos os projetos em regime de urgência, defendendo uma discussão mais aprofundada sobre cada proposta, considerando a importância de projetos como a Empresa Cuiabana e a necessidade de trâmites normais para outros assuntos menos urgentes. Foi proferida a leitura de Requerimento para a apreciação em Regime de Urgência Simples (R.U.S) do Processo n.º 8024/2025, de autoria do Executivo Municipal. Em seguida, posto em votação. Em tempo, o vereador Dilemário Alencar explanou sobre um projeto do Executivo que atendia a uma solicitação dos policiais que exerciam horas delegadas na Prefeitura e na Câmara Municipal de Cuiabá; revelou que a proposta visava ampliar a quantidade de horas delegadas destinadas ao policiamento ostensivo e repressivo na cidade, impactando diretamente na segurança pública municipal; ressaltou que esses policiais também atuavam em escolas, postos de saúde, entre outros locais, contribuindo para reforçar e otimizar os serviços de segurança; explicou que a alteração proposta era necessária devido à criação da Secretaria Municipal de Segurança Pública, estabelecida pela Lei Complementar número 555 de 19 de fevereiro de 2025, que ampliava as atribuições da secretaria e do Gabinete de Segurança Institucional; destacou que a propositura se destinava a um grupo específico que integraria o gabinete de segurança institucional, permitindo a ampliação da carga horária para cada servidor militar em até 8 horas diárias e 120 horas mensais; proferiu que por essa razão, foi solicitado o regime de urgência simples para análise do projeto. Após, feita a votação eletrônica, resultou na aprovação por 19 (dezenove) votos favoráveis (voto favorável da vereadora Paula Calil em separado), e 08 (oito) ausências dos edis, a saber: Adevaír Cabral, Chico 2000, Dídimo Vovô, Baixinha Giraldelli, Marcus Brito Jr., Michelly Alencar, Jeferson Siqueira, e Sargento Joelson. Foi apreciado o Processo n.º 8024/2025 – Projeto de Lei que dispõe sobre a alteração de dispositivos da Lei n.º 5.807, de 24 de abril de 2014. (Mensagem n.º 42/2025), de autoria do Executivo Municipal, na fase de pareceres das comissões, a saber: Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) pela aprovação, e Comissão de Segurança Pública (CSP) pela aprovação. Em seguida, os pareceres foram postos em discussão, sendo feita votação eletrônica, resultaram na aprovação por 20 (vinte) votos favoráveis, e 06 (seis) ausências dos edis, a saber: Chico 2000, Dídimo Vovô, Baixinha Giraldelli, Marcus Brito Jr., Jeferson Siqueira, e Sargento Joelson. Da matéria em si. Posta em discussão. Para discutir o vereador T. Coronel Dias ressaltou que a legislação sobre a hora delegada para os policiais militares tem evoluído desde 2014, permitindo o uso da experiência desses profissionais em uma carga horária mais extensa, após um ano de estudos técnicos, jurídicos e operacionais; mencionou que a Comissão de Segurança, juntamente com o vereador Ranalli, discutiu a possibilidade de ampliação não apenas para os profissionais do GSI, mas também para outros policiais militares que trabalhavam pela segurança da população de Cuiabá; expressou a convicção de estender a carga horária desses profissionais de 50 para 80 horas, ampliando as oportunidades para mais policiais militares exercerem suas atividades na cidade; proferiu que além da votação atual, planejava apresentar uma emenda em conjunto com o vereador Ranalli para ampliar ainda mais essa discussão e oferecer oportunidades para outros policiais militares atuarem por até 80 horas dentro do



ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

município. Para discutir o vereador Ranalli parabenizou o trabalho silencioso dos colegas policiais que acompanhavam a primeira-dama e o prefeito em suas atividades, destacando esses heróis anônimos que cuidavam da segurança do prefeito; ressaltou a abertura e ampliação do horário disponível para esses policiais atuarem na hora delegada, lembrando da importância de oferecer essa disponibilidade não apenas para os profissionais do GSI, mas para todos os policiais que trabalhavam nessa modalidade; mencionou a emenda proposta para que a ampliação não se restringisse ao GSI, mas beneficiasse a todos os policiais que atuavam na hora delegada, demonstrando apoio ao projeto em favor dos colegas da Polícia Militar. Em seguida, feita a votação eletrônica, resultou na aprovação por 20 (vinte) votos favoráveis (votos favoráveis dos vereadores Kássio Coelho e Paula Calil, em separados), e 07 (sete) ausências dos edis, a saber: Chico 2000, Dídimovovô, Baixinha Giraldelli, Ilde Taques, Marcus Brito Jr., Jeferson Siqueira, e Sargento Joelson. No uso da palavra a presidente Paula Calil solicitou que os autores apresentassem suas emendas. Para declaração de voto o vereador T. Coronel Dias parabenizou a equipe que apoiou o prefeito Abílio durante a campanha eleitoral, proporcionando segurança e tranquilidade para que ele pudesse cuidar de sua família e tomar as decisões necessárias; enviou um forte abraço a todos os profissionais da Polícia Militar que trabalhavam ao lado do prefeito Abílio; no ensejo, apresentou a emenda de número 11/2025, que propõe a ampliação da carga horária para todos os policiais militares que atuavam na hora delegada, passando de 50 para 80 horas mensais; explicou que a emenda foi feita em conjunto com o vereador Ranalli, da Polícia Federal, como forma de reconhecimento e valorização do trabalho desses profissionais; ressaltou a importância de discutir a valorização dos policiais militares, do corpo de bombeiros e policiais civis, considerando que muitas vezes precisavam deixar suas famílias para realizar esse complemento salarial; destacou que a emenda visava homenagear e reconhecer o esforço de todos os policiais militares, ampliando suas horas de trabalho para 80 horas mensais na cidade de Cuiabá. No uso da palavra a presidente Paula Calil pediu que encaminhasse essa emenda de plenário para a Mesa Diretora. Às 11:44 a presidente Paula Calil suspendeu a sessão por vinte minutos para o cadastramento da emenda e envio aos parlamentares. Às 11:52, feita a verificação de quórum, constatando-o suficiente, a sessão foi reaberta pela sobredita presidente. Pela ordem o vereador T. Coronel Dias explicou aos demais vereadores sobre a possibilidade de vício de iniciativa na proposta de aumento da carga horária dos policiais militares de 50 para 80 horas, o que acarretaria em uma obrigação financeira para a prefeitura; proferiu que, para evitar essa discussão, conversou com o vereador Ranalli e com a presidência da casa para elaborar um anteprojeto de lei a ser encaminhado ao prefeito Abílio, a fim de ser aprovado; por fim, agradeceu e pediu o apoio dos demais vereadores. Em seguida, foram apreciadas as proposições, a saber: Indicações dos vereadores Baixinha Giraldelli, Demilson Nogueira, Dilemário Alencar, Dra. Mara, Eduardo Magalhães, Fred Gahyva, Ilde Taques, Kássio Coelho, Marcrean Santos, Michelly Alencar, Paula Calil, Ranalli, Samantha Íris, T. Coronel Dias; Moções de Aplausos dos vereadores Michelly Alencar, Prof. Mário Nadaf, T. Coronel Dias; Moção de Pesar n.º 8912 de autoria da vereadora Paula Calil; Moções de Pesar n.ºs 8822 a 8824, 8979 de autoria do vereador T. Coronel Dias. Pela ordem a vereadora Samantha Íris informou que o projeto votado anteriormente, no qual o vereador T. Coronel Dias propôs uma emenda, tratava da reorganização das horas



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

do pessoal da ordem pública e da segurança dos policiais, sem envolver aumento de despesas; relatou que foi esclarecido que não havia impacto orçamentário, sendo demonstrado nas comissões que o impacto era zero; por conseguinte, informou que a reorganização proposta visava apenas ajustar as horas possíveis para cada um que fazia parte do GSI, sem gerar aumento de despesas. Em questão de ordem o vereador Kássio Coelho perguntou se as proposições dos vereadores ausentes foram retiradas. Sendo respondido pela primeira secretária Katuscia Manteli que sim. Em seguida, feita a votação eletrônica, resultaram na aprovação das sobreditas proposições por 21 (vinte e um) votos favoráveis (votos favoráveis dos vereadores Eduardo Magalhães, Paula Calil e Maria Avalone, em separados), e 06 (seis) ausências dos edis, a saber: Chico 2000, Dídimio Vovô, Daniel Monteiro, Marcus Brito Jr., Jeferson Siqueira, e Sargento Joelson. Na sequência, às 11h58, após desejar que Deus abençoasse a todos, a presidente – vereadora Paula Calil declarou por encerrada a presente sessão, convocando os pares para a próxima sessão ordinária a realizar-se no dia 06/05/2025, em horário regimental. Esta é a Ata que se lavrou para constar, devendo ser assinada, mediante leitura e aprovação.

PRESIDENTE


SECRETARIA(O)


MAURO TSUGUMITI Assinado de forma digital
FUKUHARA:571755 por MAURO TSUGUMITI
19168 FUKUHARA:57175519168
Dados: 2025.04.30
12:12:21 -04'00'

Mauro Tsugumiti Fukuhara.
Taquígrafo Legislativo.